



A Alienação, a Crise e os Manuscritos Econômico Filosóficos: retomada do debate na formação intelectual*

The alienation, crisis and Economic and philosophical manuscripts: resumption of the discussion on intellectual formation

ROSANGELA NAIR DE CARVALHO BARBOSA **



RESUMO – O texto discute a relevância da retomada dos estudos sobre os Manuscritos econômico-filosóficos de Marx para a formação intelectual no sentido de aprofundar a compreensão dos desdobramentos da centralidade das relações de troca na sociedade capitalista em crise estrutural. A metodologia da investigação teórica empreendida envolveu análise do referido texto e de outros escritos do pensador, além de revisão bibliográfica sobre estudos interpretativos do tema. Os resultados da pesquisa sustentam que a alienação provocada pela propriedade privada, pela divisão do trabalho e pelo intercâmbio mercantil estão consubstanciados nos argumentos centrais sobre o processo social desdobrado na desumanização do capitalismo em excesso que vivenciamos neste tempo de crise estrutural. O aprofundamento intelectual desse viés analítico poderá ampliar a percepção a respeito da natureza da crise, a potencialidade das saídas elencadas na agenda política e o barbarismo da realidade viva do cotidiano de trabalho.

Palavras-chave – Manuscritos econômico-filosóficos. Marx. Crise do capital.

ABSTRACT – The paper discusses the relevance of the resumption of studies on the Economic and philosophic manuscripts of Marx for intellectual training in order to deepen the understanding of the consequences of the centrality of exchange relations in capitalist society in structural crisis. The methodology of theoretical research undertaken involved analysis of that text and other texts of the thinker, and literature review on the topic interpretive studies. The inquiry results support that the alienation caused by private property, the division of labor and market exchange are embodied in the central arguments of the social process unfolded in the dehumanization of capitalism excess we experience this time of structural crisis. The intellectual depth of this analytical bias may increase the perception of the nature of the crisis, the potentiality of the outputs listed on the policy agenda and the barbarism of the living reality of daily work.

Keywords – Economic and philosophical manuscripts. Marx. Crisis of capital.

* Trabalho elaborado e apresentado com o auxílio da Fundação de Amparo À Pesquisa do Rio de Janeiro/FAPERJ e CNPq.

** Doutora em Serviço Social pela PUC-SP e Pós-Doutora em Sociologia pela UFRJ. Professora do Departamento de Política Social e Pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política da Faculdade de Serviço Social da UERJ, situada no Rio de Janeiro – RJ, Brasil. Pesquisadora Faperj e CNPq. E-mail: rosangelanb@pq.cnpq.br

Submetido em: setembro/2014. Aprovado em: novembro/2014.

O texto retoma a temática da desumanização inerente às relações sociais capitalistas, sustentada na teoria da alienação de Marx. A base dessa interpretação está desenhada nas suas primeiras produções de fôlego, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (Manuscritos de Paris) de 1844, quando ainda estava em nascimento o sistema teórico sobre o valor e seus segredos, desvendado posteriormente na opulente obra *O capital*. Os *Manuscritos* antecipam a percepção da realidade como estruturada em torno das leis gerais da ordem capitalista que provocam a mercantilização das relações, das pessoas e das coisas, reiterando e ampliando as contradições sociais.

O confronto com a economia política que naturalizava os imperativos do desenvolvimento capitalista começa a ser delineado intuitivamente nesses estudos. A atenção à *práxis humana* faz Marx delinear, já nos *Manuscritos*, os traços de uma teoria das relações sociais em contraposição à filosofia idealista, à filosofia materialista a-histórica e às ciências naturais reificadoras. Esses aportes são desafiadores e contundentes para pensarmos a banalização ou a resignação das sociedades diante do avanço dos efeitos destrutivos do capital, nos dias de hoje.

Os *Manuscritos* são elaborados por Marx em 1844 – quando ainda contava com 26 anos – mas, são publicados na União Soviética somente em 1932, tendo sido sua recepção entrecortada pelas polêmicas críticas à *stalinização* do comunismo. O mal-estar gerado pela publicação do fato de que a ideia de emancipação social para Marx, nos *Manuscritos*, envolvia a superação do trabalho alienado; mesmo quando pensa nas demais dimensões do complexo de alienações (políticas, culturais, religiosas), elas seriam superadas na medida em que a desalienação do trabalho fosse enfrentada. E outro era o caminho soviético reforçando e adaptando o taylorismo da cisão entre concepção e execução do trabalho (apartando subjetividade e objetivação), reiterando o despotismo do metabolismo do capital.

Outro ponto importante sobre o lugar político e intelectual dos *Manuscritos* na trajetória de Marx e do pensamento marxista é que as referidas anotações marcam o processo de uma nova visão de mundo de Marx, quando há o seu afastamento da filosofia idealista hegeliana.¹ A insatisfação com o idealismo e a experiência nas efervescentes lutas sociais na França no período da escrita dos *Manuscritos*, fornecem substância para Marx evidenciar a vida material como *locus* efetivo da opressão e os oprimidos como sujeitos históricos da mudança da realidade efetiva.²

O plano de exposição deste texto é, então, a retomada dos *Manuscritos econômico-filosóficos* ponderando sobre os aspectos fundantes da reflexão sobre a alienação. Esse arrazoado consiste numa alavanca para sugerir a pertinência de avançarmos nos estudos sobre a alienação diante das novas manifestações históricas da dinâmica do capitalismo que asseveram a “demasiada civilização” (MARX; ENGELS, 2004). A desumanização pensada sob esse arcabouço emerge como imanente ao metabolismo do capital, expressando-se mais delineadamente nas respostas contemporâneas da consciência tardo-burguesa à crise estrutural que atravessa o capital, o que exige pensar as novas formas de alienação nesse quadro social da civilização madura de nossa época.

O ponto de partida

A alienação é pensada por Marx principalmente do ângulo da relação capital-trabalho, como contradição dialética, e, portanto, unidade entre esses polos contrários. O trabalho estranho ao trabalhador resulta e cria esta contradição, de modo que a alienação é tanto criatura como progenitora dessa relação, o que delineia a concepção de história que marca toda sua obra, pois para ele a sociabilidade decorre da alienação na produção e na reprodução dos homens. Desse modo, os processos de alienação são convertidos em pano de fundo do drama social de reprodução da vida que se faz no cenário da expansiva socialização da mercadoria, quando a existência humana depende da ida ao mercado.

Isso porque, para Marx, o movimento dialético da relação capital-trabalho precisa ser visto como unidade contraditória, pois existe em associação e em separação, como estranhos um ao outro, embora se sustentando um no outro. Mas, também como oposição, como negação decorrente da exclusão, pois da perspectiva do trabalhador o capitalista é negação da sua existência, e, ainda, a oposição de cada um contra si mesmo, na medida em que como trabalho acumulado o capital é ele próprio e o seu oposto contraditório, e o trabalho é ele próprio e o seu oposto como mercadoria, isto é, capital.

Esse movimento se desdobra na compreensão da alienação em quatro dimensões:

1. A alienação do trabalhador do produto de sua atividade, que pertence a outro. O produto do trabalho toma forma exterior, com expressão independente do trabalhador, e o mundo se torna mais estranho e poderoso quanto mais a exploração e a extenuação são adensadas, o que distancia o trabalhador do mundo interior, e ele, então, menos se pertence. O trabalhador, como estranho à objetivação do seu trabalho, apresenta-se socialmente alienado da natureza.

2. A alienação do trabalhador como alienação da atividade produtiva. A atividade de trabalho deixa de ser uma manifestação da essência do homem para ser um “trabalho forçado”, não voluntário, imposto mesmo pela necessidade externa. Por isso, o trabalho deixa de ser gozo de uma necessidade, equiparando-se a uma forma de mitigar necessidades externas a ele. O trabalho se configura como sacrifício e sofrimento, conforme se distancia do cenário de desenvolvimento de uma livre energia física e espiritual. Decorre desse processo a desumanização e a degeneração humano-social da ação e convivência humana. O trabalhador estranho à sua própria atividade aliena-se de *si mesmo*.

3. A alienação como alienação do gênero humano. O processo de trabalho sob o capital corrompe a humanidade inerente, aquilo que distingue o homem dos animais – a livre atividade consciente que torna a vida produtiva essência genérica do homem como humano – e que implica a perda da humanidade, de modo que a vida humana que se coloca nesse processo de trabalho alienado vira mero meio de vida. O homem estranho ao seu *ser genérico*.

4. A alienação do trabalhador da vida genérica, da humanidade, leva à alienação do homem pelo homem. O homem se torna estranho ao seu ser, estranho ao gênero humano, ou seja, estranho às suas possibilidades históricas. Isso se manifesta de modo perceptível na relação operário-capitalista: o trabalhador estranho ao próprio *homem* – aos outros homens.

A alienação enquanto relação social está enredada na exploração econômica suscitando a coisificação do mundo que passa a ser o objetivo da sociedade, portanto razão de ser de seu sistema de poder político. A superestrutura jurídica que sustenta a propriedade privada como braço direito da exploração econômica, impede a liberdade humana na consecução de seus modos de vida; portanto, as virtudes da igualdade e da liberdade, propaladas na sociedade burguesa, precisam ser reveladas na história concreta, desenroladas sobre o manto dos antagonismos entre capital e trabalho, nas suas dimensões político-jurídicas de proprietários e não proprietários. Essa condição social corrompe a natureza do trabalhador, o que se faz com coerção e, para manter esse jugo, o estranhamento se impõe jurídica e politicamente.

O avanço do capital (e suas instituições) no mundo de hoje expressa a maior influência desta reificação nas relações sociais, de modo que quanto maior a exaltação do mundo das coisas maior o distanciamento do mundo dos homens. Com isso queremos dizer que a expressão imperialista dessa fase mundializada potencializa o alcance das rédeas da dominação, o que, por conseguinte, provoca maior estranhamento do homem em relação à natureza, ao seu ser genérico e aos outros homens. Por conseguinte, a superação da alienação coloca-se como um dilema desafiador na contemporaneidade.³

A universalização da experiência capitalista que enquadrou os homens como mercadorias converte a existência humana ao consumo perdulário. O avanço da mercadoria significa o avanço das

formas universalizantes de comportamento e consumo, com a entronização das relações de troca, o que altera “a qualidade-densidade do movimento histórico da “classe”, promovendo a universalização da “condição de proletariedade” capaz de abrir novas possibilidades objetivas para a formação da consciência de classe e, por conseguinte, da própria classe social do proletariado” (ALVES, 2013, p. 60). Todavia, a exacerbação da manipulação da dominação atinge também novas e abrangentes dimensões da “subjetividade das massas, obstaculizando ou retardando a formação e constituição do sujeito humano capaz de dar resposta radical à condição de proletariedade” (idem). A encruzilhada do novo estágio de dominação exige do pensamento maior discernimento teórico para compreender o tempo presente, percebendo que respostas parciais ao capital não têm potência para alterar a desumanização da vida baseada na mercadoria, no contexto dessa crise estrutural do capital.

Nesse diapasão, somos levados a pensar na atualidade do debate iniciado por Marx nos *Manuscritos* na medida em que incita a reflexão sobre a desumanização do homem e suas relações sociais, em especial, visando ao aprofundamento do pensamento marxista e da reflexão sobre os problemas de nosso tempo, sobretudo aqueles tão caros às ciências sociais, como o trabalho, a pobreza e a desigualdade social, que tomam hoje a dimensão do barbarismo.

A alienação na teoria do valor

Não é demais lembrar, por força da argumentação, que o uso do termo alienação é recorrente no vocabulário prosaico, como parte da narrativa do senso comum em referência ao homem que se mantém distanciado das questões políticas ou facilmente atraído por engodos ideológicos. Essas assertivas, em geral, localizam o estranhamento na ausência de informação, de cultura ou de escolarização. Ainda que a distribuição desigual de bens culturais seja uma realidade dos dispositivos de dominação, a elaboração de Marx sobre o tema é de outra natureza, pois do ângulo da realidade o fenômeno da alienação é histórico-concreto, enraizado no modo como a vida é reproduzida, ou seja, no modo como o trabalho é realizado.⁴

Marx identifica na contradição entre proprietários e não proprietários a chave da compreensão da realidade capitalista. Evidencia que a riqueza gerada pelo trabalho não pertence ao trabalhador e que a apropriação pelo proprietário do capital constitui a pobreza do trabalho, de modo que o objeto do trabalho é estranho ao trabalhador e se volta contra ele, oprime-o. “O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (MARX, 2004, p. 83). Ao invés de provocar subjetividades ricas de humanidade, o trabalho, na objetivação capitalista, torna-se um estorvo mutilante, do qual o trabalhador depende absolutamente, “[...] o homem só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal” (idem). Nessa condição, a sociedade se estrutura como mundo das coisas, voltada para realização do capital. Ainda que o empobrecimento material do trabalhador seja uma das repercussões desse processo social, enfatiza também Marx, nos *Manuscritos*, que a miséria humana é também provocada por essa perda de si mesmo na forma histórica do trabalho assalariado (alienado).

A separação e o estranhamento entre o resultado do trabalho e o trabalhador são pensados por Marx como a alienação intrínseca à vida capitalista. E como ela envolve a separação e o estranhamento em relação ao ser genérico, em relação aos outros homens, a um só tempo, a desumanização é intrínseca ao capitalismo. Por isso, Marx situa a alienação como condicionada pelas relações tipicamente capitalistas, que estão situadas no trabalho assalariado, na propriedade privada, na mercadoria e no intercâmbio desigual. Esse sistema teórico vai ter elaboração acabada nas obras subsequentes, mas estão situadas já nos *Manuscritos*.

Na condição humana da história passada, o produto do trabalho era resultado do esforço transformador idealizado pelo trabalhador que se expressava na coisa física como objetivação da vida genérica do homem. Esse homem criador, livre e consciente se via e via seu gênero como imagens nesse

mundo que ele criava, e, nesse sentido ele se identificava com a produção como resultado de seu ato consciente e livre – trabalho que se fixou num objeto, objetivação do trabalho.

Todavia, sob o capitalismo o trabalho vira trabalho alienado, porque as relações de produção estão orientadas pela contraposição capital (propriedade dos meios de produção) e trabalho (ação consciente e energia de transformação). A apropriação do trabalho pelo capital é uma disposição histórica que perfila uma situação própria do trabalho no capitalismo. Uma contraposição que coloca os dois em confronto e em dependência um do outro.

Na obra, Marx enfatiza que as relações de produção contrapõem o caráter genérico do homem à realização da sua atividade vital. Quando, então, o trabalho perde a condição de escolha livre e consciente, o que é sua característica essencial. Nesse processo, o homem também perde sua marca constitutiva, enquanto espécie humana (ser genérico). É furtada a sua condição de produção e ao mesmo tempo sua vida genérica, sua, impossibilitando objetivação como ser genérico e desconstruindo aquelas vantagens do homem perante os animais como inventor e manipulador de forças produtivas.

As consequências disso são as variadas expressões da deterioração do indivíduo – a barbárie –, na medida em que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, o aliena de si mesmo da sua atividade fundamental e da relação com sua espécie. “Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana” (MARX, 2004, p. 86), o que o leva a trabalhar, a tocar sua vida produtiva em uma atividade fora da sua liberdade consciente. O trabalho vira apenas um meio sofrível de vida.

Se o primeiro ato histórico é a construção dos meios para a reprodução da vida e a consequência histórica são as relações sociais daí advindas, a mediação para esse fim no capitalismo é a indústria, entendida como os meios de produção típicos. Isso significa que a alienação está enraizada nessa natureza histórica real e por meio da indústria o homem transforma a natureza externa e sua própria natureza. Isso se faz mediatizado pelo trabalho assalariado que emerge da separação da indústria (meios de produção) do homem, produzindo a mercadoria força de trabalho e as demais coisas vendáveis para o intercâmbio (a troca). Criador e criatura reificados mediante estranhamento entre o homem e a atividade produtiva. Para Mézaros (2006), a reciprocidade dialética entre esses elementos – reificação e alienação – é medular na constituição das relações sociais, de modo que quanto maior a expansão da mercadoria maior o alheamento do homem à humanidade.⁵

A separação do trabalhador dos meios de produção segmenta o homem, num polo como trabalho assalariado e trabalhador, e em outro como propriedade privada e proprietário. Isso significa que a propriedade privada distancia o homem da natureza e do produto do seu trabalho; a relação não é mais como homem, mas como classe social. E essa questão-chave não aparece nos *Manuscritos* como diferenciação social, mas já como antagonismo.⁶

Com isso evidenciamos a importância da realização histórica da dissociação entre trabalho e meios de produção na teoria de Marx, como condição da reprodução continuada, pois a objetividade criada pelo trabalho se faz como propriedade alheia. Essa separação do “caracol e sua concha”, realizada pela expropriação social, provoca a alienação e tem como determinantes históricos, para Marx: a transição da produção simples de mercadorias para a produção capitalista; o processo de valorização; o trabalho assalariado – compra e venda da força de trabalho; e a mais-valia. A alienação decorre da extração da mais-valia e da acumulação privada de riqueza, ou seja, está no cerne das relações de produção tipicamente capitalistas.

Nessa perspectiva analítica, a alienação se articula à teoria do valor porque a relação de troca entre capital e trabalho supera a aparente circulação simples de mercadoria, provocando a separação entre condições subjetivas (saber do trabalho/produção de valor) e condições objetivas (propriedade dos meios de produção e dos produtos). O trabalhador aliena-se da riqueza social objetivada, gerada pelo seu

trabalho, porque antes a venda da força de trabalho impôs o ato de compra pelo capital do trabalho vivo, como força do capital, como poder estranho, e, para continuar reproduzindo-se, reproduz continuamente essa relação de antítese entre subjetividade e objetividade provocada pela dominância das relações de troca. Se a riqueza se amplia continuamente isso se faz como em oposição ao trabalho, pois quanto mais o trabalho se objetiva mais o mundo se contrapõe como estranho, como propriedade alheia. A propriedade do capital é condição primeira e permanente das relações capitalistas, amplia-se com a expropriação da propriedade do trabalho, aprofundando a separação entre trabalho vivo e o objetivado. Dessa forma, a alienação nos *Manuscritos* antecipa os sinais interpretativos de Marx sobre a equação reprodutiva do valor.

Essa percepção de Marx abre um novo horizonte crítico, superando a visão do homem abstrato da economia política neoclássica e do idealismo alemão. A relação homem-natureza é mediada pela propriedade privada; logo, proprietário e trabalhador é que se relacionam com a natureza e não o homem em geral. Portanto, o homem concreto é o homem em suas relações sociais de produção alienadas (MÉSZÁROS, 2006).

A sociabilidade que é inerente ao homem se faz, no capitalismo, contra-arrestada pelo individualismo que brota do estranhamento e da reificação. A preponderância das relações de troca, consubstanciadas em relações entre coisas, torna a sociabilidade um ajuntamento de indivíduos dispersos. O individualismo é fruto do excesso de relações de troca; da sociedade da mercadoria decorre da alienação do trabalho e é a manifestação ontológica do trabalho no capitalismo, quando o homem deixa de ter controle sobre suas necessidades úteis (que motivam o trabalho), sobre a produção (a sua relação com a natureza) e sobre a relação com os outros homens (divisão do trabalho). A alienação é alienação do trabalho provocada pelas mediações reificadas de segunda ordem, manifestadas na propriedade privada, na troca e na divisão do trabalho que impõem outro sentido à objetivação primária humana resultante do trabalho.

A dinâmica que brota dessa subsunção transfigura o conflito concreto entre capital e trabalho em desvio da natureza humana egoísta, enfraquecendo os condicionantes para uma forte sociabilidade política emancipatória. A alienação do trabalho, que desumaniza o homem da relação com a natureza e os outros homens pela mediação da indústria, não consegue ser motivadora do ímpeto político em defesa da condição humana. Por isso, a alienação econômica e política só pode ser superada enquanto totalidade; e, em defesa da realização plena da subjetividade humana (MÉSZÁROS, 2006). Como aquelas mediações que estruturam o metabolismo do capital são incontroláveis, a transcendência da alienação é a condição do reencontro do homem com sua humanidade.

Os *Manuscritos* apresentam um convite filosófico e materialista importante nessa direção, delineando as bases do sistema teórico de Marx nas obras subsequentes, que dão densidade à teoria do valor. Em particular, os *Manuscritos* sugerem, ao debate teórico e político, a impossibilidade de domar aspectos isolados da ordem social, por meio de reformas parciais no sistema. Conforme avança o tempo crescem os elementos histórico-concretos que justificam essa assertiva e enaltecem a obra.

O capitalismo maduro mundializado de hoje

Como viemos argumentando, alargar os negócios da mercadoria é uma exigência da lei geral da acumulação capitalista, e isso se faz com a ampliação da dependência da reprodução da vida à lógica do fetiche da mercadoria e da demanda reiterativa de renovação das necessidades sociais de consumo. Essa alquimia está sustentada na expropriação social que brota da centralidade da propriedade privada e do intercâmbio baseado em relações de troca que escondem as relações entre os homens concretos. A produção de riqueza (trabalho objetivado) mobilizada por esse condicionamento – que requer expansão da vida urbano-industrial e subsunção do homem desprovido de bens de capital ao trabalho assalariado – é promotora de pobreza material e espiritual, apequenando a experiência humana.

Mencionamos antes que, no plano do trabalho, a alienação possibilita a entrega das virtudes da subjetividade humana para fins alheios aos do trabalhador concreto. No plano da sociabilidade, a alienação é projetada no egoísmo que encobre a experiência de classe, motivando a busca desenfreada por mercadorias ou a resignação diante do empobrecimento e da exploração.

Não têm provocado outro cenário as mudanças na ordem social do capital desde os anos 1970, na medida em que aprofundaram esse universo de determinações. Em verdade, a expansão do capital aproximou as experiências sociais à sua lógica e a vida urbano-industrial encapsulou a reprodução humana às mercadorias, nos quatro cantos do planeta.

Com o mundo interligado e as esferas sociais da reprodução mercadorizadas crescem as disparidades sociais. E, essa realidade de crescimento da desigualdade social confronta agudamente a promessa de incolumidade do desenvolvimento capitalista.⁷

Afinal, a dinâmica desigual dessa interligação do mundo por meio do metabolismo do capital não supera as estruturas socioeconômicas do atraso e nem as mantém como dantes; na verdade, ela associa de modo combinado arcaísmo e institutos urbano-industriais típicos e hipermodernos, provocando saltos históricos e permanências. A América Latina é exemplar, pois tem sua história marcada por esse expansionismo capitalista via colonialismo e via ciclos de substituição de importações com associação direta ao imperialismo das multinacionais que é promotor da expansão das plantas produtivas e do comércio para realização final do valor, no mercado de consumo, o que, em última instância, significa a expansão das fronteiras com a potencialização da concentração e centralização do capital.

Isso não atinge somente territórios dependentes do capital centralizado, posto que a expropriação social é concreta e reiterativamente reposta em todos os núcleos territorializados do capital, inclusive os países de ponta. Os EUA, com a recessão dos anos de 2007-2009, amargam índices crescentes de desigualdade social e pobreza com a bolha imobiliária, demonstrando que todos perderam patrimônio, mas as camadas médias e os pobres perderam muito mais, enquanto os segmentos de capital concentrado continuaram ganhando.⁸ A União Europeia, por sua vez, experimenta uma série de dificuldades para viabilizar a acumulação, e o desemprego entre jovens assume números alarmantes associadamente ao aumento do empobrecimento proletário.

A mercadorização da vida torna as relações sociais reificadas, e nessa condição a desumanização leva à banalização das expressões desses indicadores na experiência do homem comum. Não pode ser outra a compreensão também dos achaques ao meio ambiente, que carrega a humanidade para destruir seu meio de vida, destruindo a si mesma. A rica subjetividade que mobiliza a indústria como estágio avançado dos meios de produção progressivamente expõe o irracionalismo e a incontabilidade das forças produtivas mercadorizadas, amparadas na propriedade privada. Nesse diapasão podemos relacionar como pontos de mutação exemplarmente destrutivos no Brasil: o avanço do agronegócio expropriando a pequena agricultura e as florestas; o manejo selvagem de dejetos industriais; a exploração predatória de recursos hídricos e minerais; e a limitada e explosiva matriz energética do petróleo.

A maturidade atingida pelo capitalismo, paradoxalmente, expõe a crise de realização do valor por força dos limites da dialética modernização do processo produtivo e criação de novos produtos. A preponderância do trabalho morto sobre o trabalho vivo e as disparidades provocadas pela propriedade privada limitam o consumo de novos produtos no ritmo exigido pela rápida acumulação. A decadência da vida burguesa brota da sua expansão, da maior preponderância da mercadoria e do desenvolvimento das forças produtivas. A barbárie não é um desvio da civilização capitalista. Aliás, quanto mais civilização do capital maior a propensão ao barbarismo, de modo que o arcaísmo das formas sociais não entrava o desenvolvimento capitalista, mas é fruto dele.

O desenvolvimento permanente das forças produtivas é uma demanda da lei da concorrência, que coloca os capitalistas em disputa por superlucros, sendo a evolução tecnológica pós-Segunda Guerra

Mundial um marco nessa direção, aprofundado nas inovações pós-1970 com a microeletrônica, a nanotecnologia, as descobertas petroquímicas e inovações das pesquisas genéticas (MANDEL, 1982). Tais meios possibilitaram reorganizações produtivas e mudanças do trabalho, no tocante à ampliação do trabalho morto, à extinção de postos de emprego e à heterogeneidade dos vínculos e relações de trabalho. A flexibilidade produtiva e do trabalho possibilita recomposição ágil dos investimentos de capital, com a superação de meios produtivos ou de produtos obsoletos. Associadamente, o capitalismo maduro requer ampliação da privatização do Estado, o que é feito com a diminuição dos arranjos políticos de proteção social, redirecionando de fundo público para as exigências da acumulação, renúncia fiscal, infraestrutura de logística e crédito para os negócios. A isso se agrega a mercadorização dos serviços sociais como previdência privada e assistência à saúde. Esse processo diminui a ação pública do Estado na proteção social e acentua as disparidades sociais com a maior privatização do fundo público e dependência dos indivíduos pelas mercadorias.

Em verdade, a inovação produtiva desse período acentua a gravidade da crise social, pois acelera a conexão mundial e, ao mesmo tempo, provoca o desemprego estrutural por força do aumento estrondoso do capital constante (automação) e a possibilidade de independência relativamente do trabalho vivo. Todavia, o fio da navalha se projeta na dinâmica socioeconômica na medida em que, para os fins do capital, a criação de valor depende do trabalho vivo. Como essa variação da composição orgânica do capital é incontrolável no sistema da concorrência que exige a revolução permanente das forças produtivas, a crise social se projeta a contrapelo.

Agrega-se a essa propensão a inovação tecnológica com a consequente diminuição do trabalho vivo, a limitação concreta do expansionismo capitalista. A conexão mundializada das experiências sociais praticamente zerou as terras pré-capitalistas do planeta. Ainda que a discrepância movimente a estrutura de poder, sublinhando a dependência dos atrasados à lógica de acumulação baseada em alta tecnologia, é possível dizer que a dinâmica mundial está subsumida à mercadoria, o que diminui ou extingue as fronteiras para expansão do capital.⁹

Essa dinâmica produtiva, socialmente necessária ao capitalismo de hoje, atinge de modo desestruturante a experiência proletária. A produção horizontalizada, baseada em plantas fabris enxutas e em terceirização de variados elos da cadeia produtiva, promoveu a recomposição do tempo de giro do capital e supressão de itens da planilha de custos produtivos, incluindo a diminuição do trabalho vivo e a flexibilização das relações de trabalho, potencializando a exploração e a extração do mais-valor. São expedientes que limitaram ainda mais o controle dos trabalhadores sobre o trabalho e sua organização política, assim como aprofundaram a alienação por força da modernização da divisão do trabalho e do deslocamento do trabalhador coletivo no processo produtivo da grande indústria. A automação dos processos produtivos, a polivalência das competências do trabalho e a diminuição da quantidade de trabalho humano empregada alteraram sobremaneira a condição agregativa da cooperação. Esse trabalhador coletivo carece da experiência comum territorializada na planta fabril para constituir fluxos de solidariedade e autoconsciência capazes de confrontar o estranhamento do trabalho alienado. Essa heterogeneidade da experiência proletária tem se mostrado um encaixo à luta social e à politização da sociedade mercantil madura.

O Brasil, por exemplo, que carregava uma expressiva dívida social – fruto da industrialização acelerada do ciclo de substituição de importações e da concomitante reiteração das ocupações informais –, viu a hipermodernização se impor preservando o arcaísmo e acelerando as novas feições da barbárie social. Em verdade, o desemprego estrutural põe por terra, de uma vez por todas, a visão de que as mazelas sociais brasileiras decorreriam da falta de capitalismo. Ao contrário o capitalismo em excesso disponibiliza maiores levas para condição de superpopulação relativa como desempregados e como *sobrantes*.

As medidas saneadoras do capital não produzem efeitos para a maioria que trabalha, de modo que as correções não compensam o sacrifício, o que torna o sistema de baixa credibilidade para segmentos proletários que nada têm a perder. A violência em protestos públicos e o crescimento da

criminalização da pobreza expõem o Estado para ações de contenção e encarceramento, sem deixar de inquietar os gestores do capital sobre a imprevisibilidade desses descompassos da ordem social.

O fluxo de renovação de políticas que repõem a mesma orquestração continua a produzir resultados para os países desenvolvidos, baseados no acirramento da centralização de capitais, na renovação da dependência dos países subdesenvolvidos e no descarte de vidas humanas da possibilidade de sobrevivência ou mobilidade social. A sinuca de bico que constrange a estabilidade do sistema recebe respostas limitadas para sua revigoração, polarizadas em torno de maior rigidez liberal ou de maiores aportes políticos e materiais para alavancar o crescimento econômico – alternativas que não atuam sobre os alicerces da crise do sistema. As proposições de reedição do Estado keynesiano com o crescimento econômico e a proteção social estão sustentadas num diagnóstico equivocado sobre a natureza da crise, como se decorresse de uma dinâmica especial de perturbação financeira. Ao fixar os destinos nesse falso horizonte, o aprofundamento das contradições do sistema não é enfrentado.

O descompasso entre produção e consumo é uma das chaves de explicação das crises reiterativas do sistema na medida em que o imperativo da realização do capital por meio do valor de troca impõe a maior produção de mercadorias independente da capacidade de consumo, o que provoca inclusive a mobilização da subjetividade para o consumismo perdulário e de reposição reiterativa de mercadorias por sua obsolescência. A necessidade crescente de consumidores de massas de mercadorias e decrescente de trabalho vivo asseveram a crise na medida em que, passados os anos de ascensão do capitalismo em escala mundial, a produtividade paulatinamente se expressa também como destrutividade dos recursos humanos e naturais. As crises periódicas, segundo Mészáros, passam a se expressar como normalidade do sistema como uma modulação do movimento do capital cuja gestão envolve lidar com dificuldades e emergências, mas a tendência de fato é que a crise paulatinamente seja “cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com uma perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada” (2002, p. 697-698).

Nessa perspectiva, o que podemos evidenciar nos apontamentos arrolados é que o desenvolvimento das forças produtivas como expressão do aprimoramento da subjetividade humana não está disponível para a vida solidária e conservacionista de preservação da vida. As relações de produção capitalistas travam esse propósito. O capital é uma agressão à vida humana, e a rebelião do trabalho a sua opressão e exploração à única força preservacionista da vida.

Considerações finais

O pressuposto básico da exposição desses argumentos é de que as ciências sociais estão sendo desafiadas hoje a enfrentar a tendência de aligeiramento da formação intelectual e das pesquisas, e o caminho a tomar não pode ser outro que o do aprofundamento teórico e da consciência crítica.

É nesse quadro de entendimento que sugerimos a retomada dos *Manuscriptos*, de modo a qualificar a formação intelectual com um espectro mais amplo da dinâmica do desenvolvimento intelectual de Marx, como também para dedicar atenção à chave de leitura aberta naquela obra com a compreensão da *desumanização da experiência proletária* no capitalismo.

O estranhamento do trabalho provocado pela propriedade privada repercute na relação com o produto do trabalho, na realização da própria produção, na identidade entre os trabalhadores na realização da produção e na identidade do trabalhador com ele mesmo. Ou seja, o estranhamento do ser genérico a partir da subordinação do trabalho ao capital. O enclausuramento do trabalho ao capital impossibilita a liberdade humana e a solidariedade que brota do trabalho.

A forma social capitalista é tomada nos *Manuscriptos* como entrave à realização humana, e essa impossibilidade histórica encontra sustentação nessa primeira versão de crítica à economia política.

É nesse texto que o lugar do trabalho como forma efetivadora do ser social é realmente exposta e desenvolvida, algo que, até então, mesmo em Marx, não havia sido feito. É nele que o conjunto das esferas da existência humana (desde o lugar da arte, da religião, da filosofia, passando pela conceituação de liberdade, até as formas concretas e imediatas de realização do trabalho) aparece como dependente da esfera da produção – o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana (RANIERI, 2004, p. 20).

Os *Manuscritos* enquadram o problema da desumanização como totalidade no capitalismo, afigurando um caminho sólido de reflexão diante dos descaminhos das condições do mundo, com a reposição da expropriação, da exploração e o incremento das forças produtivas. Esse prisma de análise tem potência para avançarmos no debate do tempo presente, diante da crise estrutural de realização do valor, constringidos com a aceleração do barbarismo e do *capitalismo em demasia*.

Referências

- ALVES, Giovanni. Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital. *Katalysis*, Florianópolis, UFSC, v. 16, n. 1, p. 57-62, jan./jun. 2013.
- DESIGUALDADE profunda diminui expectativa de vida nos EUA. *Exame on-line*, São Paulo, Abril, 22 jun. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/desigualdade-profunda-diminui-expectativa-de-vida-nos-eua>. Acesso em: 26 jun. 2014.
- MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livros I e II.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- RANIERI, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Introdução. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 2001.

¹ A aproximação de Marx da reflexão crítica da economia política o afasta da geração e jovens hegelianos de que fazia parte. Os jovens hegelianos de sua época entendiam que o desacordo entre o atraso econômico alemão e a condição de vanguarda teórica e filosófica moderna deveria ser explicado e localizam no impacto da alienação religiosa sobre os destinos do Estado a razão última disso. Esse entendimento da realidade potencializou os estudos sobre a religião, porque a visão do avanço econômico e da formação da República Alemã estava subordinada à superação da influência religiosa na política, por meio do ateísmo. Outro caminho tomou Marx ao centrar a sua reflexão na reprodução do ser social.

² Para essa superação do idealismo, Marx recebeu forte influência do materialismo de Feuerbach e os *Manuscritos* estão carregados dessa repercussão, localizando a economia como campo de alienação (MARX, 2004, p. 20). A tradição filosófica sobre a religião, de maneira geral, evidencia que o alienar-se em Deus é uma ponte para formação da cultura, pois assim o homem controla suas imperfeições e pode se destacar da natureza. Feuerbach, todavia, afirma que a alienação é fonte de desumanização, porque quanto mais pobre fica o camponês mais rica fica a igreja e, por isso, a desalienação é condição da emancipação. A religião seria um modo de abstrair do homem os poderes humanos e de inserir o pensamento religioso (ou absolutista) como pensamentos humanos. Marx evidenciará a insuficiência dos estudos de Feuerbach para revelar o mundo da terra, como o fez com o mundo do sagrado, mas nutre seu pensamento com esse ponto de partida materialista.

³ É sabido que a percepção disso por meio da tomada de consciência de classe e da revolução é, para Marx, a única forma de alteridade desses processos sociais que se expressam objetiva e subjetivamente na experiência social dos trabalhadores. A perspectiva de superação desse alheamento da vida humana é bem marcante nas anotações de Marx nos *manuscritos franceses* e a *transcendência da alienação* decorre do mal-estar humano com o próprio aprofundamento da alienação,

motivador da consciência proletária sobre a degradação humana e sobre a necessidade da contestação da ordem social do capital.

⁴ Do ponto de vista etimológico, a palavra *alienação* decorre do latim *alienem*, que significa transferência de pertence a outro indivíduo. Recebe variadas aplicações, como no campo jurídico para se referir à perda da posse ou usufruto de um bem; na psiquiatria para se referir ao indivíduo em desorientação psíquica; no pensamento rousseauiano como referência negativa da democracia representativa que delega o *poder do povo* para representantes; na prática religiosa com a idolatria de deuses. Na filosofia hegeliana a alienação ganhou expressiva atenção enfatizando o processo em que a consciência se torna estranha a si mesma, tornando-se uma coisa. Marx observa pertinência nesse legado da reflexão hegeliana, mas tematiza que a alienação é uma manifestação da vida real, centralmente determinada pelo modo como a vida é produzida e reproduzida, a partir da divisão do trabalho, quando os meios e os produtos do trabalho não mais pertencem a quem os produz.

⁵ Evidentemente, a alienação como abordada nos *Manuscrisos* encontra sua completude nos estudos futuros sobre a mercadoria na obra *O capital*, quando aborda o comando externo do fetichismo da mercadoria sobre o trabalho e a vida social dos homens, provocando que as relações entre coisas apareçam humanizadas e as relações humanas reificadas. Os valores de troca ganham regência superior aos valores de uso, de modo que a mercadoria (casaco e mesa) ganha proeminência sobre as relações entre os homens (alfaiate e carpinteiro). A reificação complementa a reflexão sobre a alienação na medida em que reificar significa, na tradição marxista, transformar relações sociais e subjetividades em coisas inanimadas que fluem no mercado. Por outro lado, o uso do fetichismo para qualificar o mistério das mercadorias retoma a própria origem da alienação na discussão dos *Manuscrisos* na medida em que enfoca o culto a objetos com poderes fantasmagóricos, externos aos homens e para quem alienam suas consciências conforme o esquema de dominação que incapacita para a autorreflexão, produzindo *animais monstros*; possibilitando ver a sociedade como uma coleção de mercadorias encobrindo as reais relações sociais. Uma lógica reprodutiva alienante que consegue separar o valor de uso das necessidades humanas da motivação e realização de fato do consumo por meio da troca de mercadorias.

⁶ A ontologia luckásiana enfatiza que a alienação não se apresenta apenas como negatividade, porque ela, junto com a objetivação, expressa a prévia ideação, a exteriorização do ser genérico, que conecta o indivíduo com o universal humano; mesmo que estranha à existência singular do indivíduo, possibilita a expressão de sua universalidade. A alienação do indivíduo funda a vida pública, quer dizer, a civilização. A repercussão disso no modo de produção capitalista é o estranhamento do indivíduo que não se reconhece em razão dos entraves históricos à plena realização do gênero humano. Nesse sentido, de um ângulo, a alienação é tomada como momento positivo de objetivação do homem, de seu ser genérico, e, de outro ângulo, como negatividade na medida em que o processo de expropriação do produtor leva a que a efetivação do trabalhador no trabalho se faça como desefetivação do trabalhador. A objetivação se faz como perda do objeto e servidão ao mesmo, por isso como estranhamento, como alienação. Momento de objetivação como momento de perda do objeto, dimensão negativa da alienação que se manifesta nos desdobramentos mencionados antes.

⁷ A crise estrutural se associa a manifestações conjunturais de descompassos que tendem a combinar impactos negativos em diferentes pontos geopolíticos por conta da conexão mundializada dos negócios, capazes de varrer da noite para o dia investimentos, empregos e serviços de proteção social. A crise no México nos anos 1990 – desencadeada pelo *Efeito Tequila* – que atingiu a América Latina como um efeito dominó, é um bom exemplo dessa conexão. Esse também é o caso daquele colapso imobiliário norte-americano de 2008 que desencadeou muitos problemas na União Europeia.

⁸ Revista *Exame on-line*, São Paulo, Abril, 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/desigualdade-profunda-diminui-expectativa-de-vida-nos-eua>. Acesso em: 26 jun. 2014.

⁹ É claro que a dependência dos países subdesenvolvidos mobiliza zonas permanentes de investimento, por força do consumo de conhecimento e tecnologia de ponta associadamente o uso de meios produtivos rudimentares. O baixo desenvolvimento da divisão sociotécnica do trabalho impede a maturação tecnológica, mobilizando a exploração extensiva de *commodities* (agricultura e minerais) para o comércio internacional e a absorção de indústrias sujas que poluem o meio ambiente e empregam trabalho sem proteção pública e mal pago. Esse lugar social dos atrasados na divisão do trabalho é reposto com o acirramento da competição nessa nova fase do capitalismo com maior proeminência dos monopólios de corporações multinacionais.